



## PARTE D

### TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA

#### Despacho n.º 8815/2017

Torna-se público que, por meu despacho de 6 de setembro de 2017, foi concedida à escritvã auxiliar do mapa de pessoal do Tribunal da Relação de Lisboa, Maria Luísa Sequeira Alexandre, licença sem remuneração, ao abrigo do artigo 281.º, n.º 4, da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, com efeitos a partir de 29 de setembro de 2017 e até 27 de setembro de 2018.

26 de setembro de 2017. — O Presidente do Tribunal da Relação, *Orlando Santos Nascimento*.

310809137

#### Despacho n.º 8816/2017

Por Despacho de 08 de setembro de 2017, determinei, ao abrigo do disposto no n.º 3, do Despacho de Sua Excelência o Secretário de Estado da Administração Judiciária, de 14 de janeiro de 2005, e de acordo com o preceituado no artigo 54.º, do Estatuto dos Funcionários de Justiça, aprovado pelo Dec. Lei n.º 343/99, de 26 de agosto, a nomeação, em regime de comissão de serviço, para o Tribunal da Relação de Lisboa, da escritvã auxiliar do Juízo de Instrução Criminal de Lisboa, Maria de Lurdes Oliveira Guimarães, com efeitos a partir de 20 de setembro de 2017.

27 de setembro de 2017. — O Presidente do Tribunal da Relação, *Orlando Santos Nascimento*.

310811259

#### Despacho n.º 8817/2017

Por Despacho de 08 de setembro de 2017, determinei, ao abrigo do disposto no n.º 3, do Despacho de Sua Excelência o Secretário de Estado da Administração Judiciária, de 14 de janeiro de 2005, e de acordo com o preceituado no artigo 54.º, do Estatuto dos Funcionários de Justiça, aprovado pelo Dec. Lei n.º 343/99, de 26 de agosto, a nomeação, em regime de comissão de serviço, para o Tribunal da Relação de Lisboa, do escritvã auxiliar do DIAP de Setúbal, Pedro Miguel Paiva Figueiredo, com efeitos a partir de 20 de setembro de 2017.

27 de setembro de 2017. — O Presidente do Tribunal da Relação, *Orlando Santos Nascimento*.

310811178

### CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

#### Deliberação n.º 896/2017

Por deliberação do Plenário do Conselho Superior da Magistratura, de 12 de setembro de 2017, foi o Exmo. Senhor Juiz de Direito, Dr. Paulo Nuno Miranda Almeida Cunha, exonerado a seu pedido, das funções que exerce no Conselho Superior da Magistratura, em acumulação de funções, como Adjunto do Gabinete de Apoio ao Vice-Presidente e aos Membros do Conselho Superior da Magistratura, com efeitos a 31.08.2017.

25 de setembro de 2017. — O Presidente do Conselho Superior da Magistratura, *António Silva Henriques Gaspar*.

310808562

#### Deliberação (extrato) n.º 897/2017

Por deliberação do Plenário Ordinário do Conselho Superior da Magistratura, de 12 de setembro de 2017, foi concedida equiparação a bolseiro no País ao Exmo. Juiz Desembargador Dr. Rui Manuel Gonçalves, ao abrigo das disposições conjugadas dos artigos 1.º a 3.º do Decreto-Lei n.º 272/88, de 03 de agosto, dos n.ºs 3 e 4 do artigo 10.º-A do Estatuto dos Magistrados Judiciais e dos artigos 29.º a 31.º do Regulamento das Atividades de Formação Complementar dos Magistrados Judiciais, pelo período de seis meses, de 04 de janeiro a 04 de julho de 2018, com dispensa total do exercício de funções, para conclusão da tese de doutoramento.

26 de setembro de 2017. — O Juiz-Secretário do Conselho Superior da Magistratura, *Carlos Castelo Branco*.

310808927

### Despacho n.º 8818/2017

1 — Ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, conjugado com o disposto no artigo 19.º, n.ºs 11 e 13, da Lei n.º 36/2007, de 14 de agosto, designo como técnica especialista do Gabinete de Apoio ao Vice-Presidente e aos Membros do Conselho Superior da Magistratura, a licenciada Inês Alexandra David da Silva Bastos, para exercer funções da área da sua especialidade, com efeitos a partir de 2 de outubro de 2017, inclusive.

2 — Para efeitos do disposto no n.º 6 do artigo 13.º do referido decreto-lei, o estatuto remuneratório da designada é o de adjunto de gabinete com exclusão do suplemento remuneratório (n.º 7, in fine, do artigo 19.º, da Lei n.º 36/2007, de 14 de agosto).

3 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do mesmo decreto-lei, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho.

4 — Publique-se no *Diário da República*.

22 de setembro de 2017. — O Vice-Presidente do Conselho Superior da Magistratura, *Mário Belo Morgado*, Juiz Conselheiro.

### ANEXO

#### Nota curricular

Nome: Inês Alexandra David da Silva Bastos David Bastos

Data de Nascimento: 12 de outubro de 1971

Naturalidade: Portuguesa

Habilitações Académicas:

Licenciatura em Direito, com especialização em ciências jurídico-civis, na Universidade Lusíada, Faculdade de Direito, concluída em 1995.

Frequência de pós-graduação em Mediação Familiar e da pós-graduação em perfil criminal.

Estágio de advocacia concluído com nota Bom na Ordem dos Advogados de Lisboa, em 1997.

Frequência de pós-graduação em Profiling Criminal no Instituto CRIAP (2017).

Experiência Profissional:

Entre 2010 e 2016 — Editora da secção de Economia e Política no Diário Económico, responsável pelas áreas, entre outras, de Justiça, Educação, Macroeconomia e Política. Repórter parlamentar e jornalista responsável pelas áreas da Justiça e Política no mesmo Diário (DE)

2009 — Gestora de contas na Agência de comunicação LPM, responsável pelas pastas das campanhas eleitorais e pela comunicação da Associação Sindical dos Juizes Portugueses.

Entre 2007 e 2009 — Editora-adjunta da secção de Sociedade do Diário de Notícias.

Entre 2005 e 2007 — Jornalista responsável pela área da Justiça e Administração Interna na secção de Sociedade do Diário de Notícias. Coordenadora-adjunta da secção de Media no Diário de Notícias.

Entre 2003 e 2005 — Repórter parlamentar e jornalista de política integrada na secção de Política do Diário de Notícias.

Entre 1999 e 2003 — Repórter parlamentar e jornalista de política integrada na secção de Política da Agência de Notícias Lusa.

Entre 1997 e 1999 — Jornalista na secção de Economia da Agência de Notícias Lusa.

Entre 1995 e 1997 — Advogada estagiária na Comarca de Benavente e jurista na APAV.

Formação Profissional: Frequentou diversos cursos sobre “Criminalidade e Comportamentos Desviantes”, imprensa escrita, reportagem e entrevista, informática na Ótica do Utilizador, entre outros.

Coautora da biografia do Juiz Carlos Alexandre, lançada em junho de 2017.

Autora de diversos artigos de opinião no Diário Económico sobre temas de política e justiça e na plataforma Capazes sobre a Igualdade de Géneros.

310808798